



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA - EPRO

0062/2023 (v16) - Lei 14133/2021

Processo STJ 25562/2022

Assunto: Contratação de licenças de software para integração da Central Telefônica do STJ ao software Microsoft Teams - Lei 14133/2021

Requisitante: Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de licenças de software para integração da Central Telefônica do Superior Tribunal de Justiça ao software Microsoft Teams, utilizando roteamento direto, e de treinamento.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratação está prevista no item STI2023-018 do PCAq/2023.
- 2.2. A aquisição faz parte dos esforços de modernização das comunicações do STJ, segundo as diretrizes da Transformação Digital, da [Resolução Nº 370 de 28/01/2021](#). Com isso, o órgão passará a contar com um novo canal de comunicação disponível para os servidores e jurisdicionados, por meio de uma plataforma robusta de gerenciamento dos serviços de telefonia internos e externos. Essa inovação trará maior agilidade e transparência à administração da Justiça, elevando o nível de satisfação dos servidores e dos usuários do sistema e ainda utilizando o legado tecnológico da Central Telefônica Privada, que dispõe de recursos de segurança e disponibilidade de excelência e recebe atualizações regulares por meio do contrato firmado com o fabricante - STJ 06/2022.

- 2.3. Com esta contratação, temos a intenção de proporcionar uma forma alternativa de comunicação tanto interna como externa. Ao adquirir essa solução tecnológica, seremos capazes de processar e atender chamadas telefônicas diretamente pelo Microsoft Teams, que atualmente está em uso em todo o Tribunal e será empregado para que as ligações sejam recebidas e realizadas diretamente pela ferramenta. Ainda assim, não haverá substituição dos ramais fixos do Tribunal, pois todas as ligações serão notadas nos dois meios (ao receber uma ligação, esta é notificada tanto no ramal físico quanto no MS Teams, ficando a critério do usuário a escolha do meio de atendimento).
- 2.4. Entendemos, portanto, que essa contratação se mostra indispensável para aprimorar os meios de comunicação do STJ, alinhado com o crescente movimento de modernização, e buscar a utilização de investimentos tecnológicos passados. Além disso, ela possibilitará uma comunicação mais rápida para aqueles que estão trabalhando remotamente, pois um chamado no ramal institucional poderá ser respondido de qualquer lugar com o auxílio de um computador ou smartphone.
- 2.5. A contratação em questão é necessária para garantir que o STJ acompanhe o avanço na modernização das formas de comunicação que é notavelmente perceptível na esfera pública e privada. Esta modernização ainda proporcionará uma forma de comunicação mais rápida para aqueles trabalhando em regime de teletrabalho total ou híbrido, permitindo que os chamados no ramal institucional possam ser respondidos em qualquer lugar, através de computador ou smartphone que contenha o MS Teams instalado. O usuário, ainda, terá a capacidade de efetuar ligações para números externos, usando a ferramenta MS Teams, com base no ramal institucional atribuído, sem ter que recorrer ao uso do telefone IP físico, devido à otimização da Central Privada (legado tecnológico).
- 2.6. Como mencionado no item 3.15 do Termo de Referência anexo ao Contrato STJ 56/2022, visto ser o "*MS Teams o ambiente de trabalho colaborativo oficial de uso interno*", a presente contratação, ao possibilitar a integração dos recursos de telecomunicação do STJ ao software MS Teams, fomentará ganhos de produtividade e agilidade, além de ampliar o acesso aos recursos de comunicação.
- 2.7. Portanto, entende-se ser uma solução que facilitaria bastante a comunicação corporativa, trazendo benefícios para a administração de todo o tribunal e para a sociedade que se beneficiaria de um tribunal mais ágil nas suas comunicações e, conseqüentemente, na sua atividade jurisdicional.

- 2.8. Após os eventos decorrentes da pandemia de coronavírus, a reinvenção dos processos de trabalho no STJ intensificou o uso de tecnologias e ferramentas colaborativas que permitissem o trabalho remoto em massa de seus servidores e da maioria terceirizada, de modo a manter a prestação dos serviços à sociedade. Isso foi possível mediante utilização, dentre outros, de serviços conhecidos como Office 365, com especial menção à ferramenta Microsoft Teams, que permitiu a mobilidade dos servidores e prestadores nesse cenário de pandemia, o acesso remoto aos arquivos institucionais, comunicação por meio de ferramentas de colaboração e de videoconferência, e de acesso seguro, oferecidos pelo fabricante a partir de qualquer lugar com acesso à internet.
- 2.9. O teletrabalho é uma realidade no STJ e está configurada sob a plataforma Microsoft para o acesso remoto, mantida atualmente pelo Contrato STJ 56/2022. Por esse motivo, prover a modernização dos canais de comunicação dos usuários, tanto em virtude do teletrabalho, da utilização do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou da necessidade de mobilidade da telefonia IP institucional, quanto para atender aos objetivos da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 370, de 8 de janeiro de 2021, é uma recomendação também a ser atendida.
- 2.10. **Segurança cibernética:** em termos de segurança cibernética, cumpre observar que a solução proposta para integração da central telefônica do STJ com o software Microsoft Teams mantém a segurança das comunicações, haja vista que o tráfego das chamadas mantém a utilização de recursos criptográficos, seja na rota entre o software MS Teams e a central telefônica do STJ, conforme especificações da Microsoft, seja no tráfego entre a central do telefônica e a operadora fornecedora do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), conforme especificações da fabricante.
- 2.10.1. O tráfego de comunicação no Microsoft Teams é criptografado por padrão, o que é alcançado por meio de diversos recursos de segurança, dentre os quais destaca-se o uso de certificados e de protocolos como OAuth, TLS (Transport Layer Security) e SRTP (Secure Real Time Protocol) (fonte: Security and Microsoft Teams. Microsoft. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/en-us/microsoftteams/teams-security-guide>. Acesso em: 11/09/2023).
- 2.10.2. Além da segurança do tráfego de chamadas através do MS Teams, há, ainda, a manutenção dos recursos criptográficos já existentes na central telefônica do STJ, de marca/modelo OpenScape Voice V10, também com uso de protocolos como TLS e SRTP (fonte: Datasheet do Atos Unify OpenScape Voice. Disponível em: <https://unify.com/en/solutions/voice-platforms/openscape-voice>. Acesso em: 11/09/2023).
- 2.11. **Alinhamento estratégico:** a presente contratação está alinhada ao Plano STJ

2021-2026, à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD 2021-2026 e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2022, conforme detalhado nas tabelas abaixo.

Plano Estratégico Institucional - Plano STJ 2021-2026	
Perspectiva	Objetivo Estratégico
Processos Internos	Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Processos Internos	Aprimorar a governança institucional
Pessoas e recursos	Intensificar o uso de tecnologias da informação

Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD 2021-2026 (Resolução CNJ 370/2021)		
Pe rsp ect iva	Objetivo Estratégico de TIC	Descrição do objetivo
So cie da de	Objetivo 2: Promover a Transformação Digital	Promover o aperfeiçoamento dos resultados utilizando as ferramentas tecnológicas disruptivas de transformação digital com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e a satisfação dos usuários.
Pro ces sos Int ern os	Objetivo 8: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Aprimorar e incrementar todo aparato responsável por gerenciar os serviços de TIC do Poder Judiciário, principalmente nas iniciativas voltadas para Infraestrutura e Soluções Corporativas.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2022	
Objetivo Estratégico de TIC	Ação Tática
Viabilizar a Transformação Digital	AT08.01 Promover a transformação digital

Evoluir e manter a infraestrutura de ativos Tecnológicos	AT01.02 Modernizar a arquitetura tecnológica e buscar soluções tecnológicas inovadoras
--	--

2.12. **Resultados esperados:** os resultados pretendidos, alinhados ao Plano Estratégico Institucional (PEI), são os benefícios diretos em termos de eficiência e eficácia na rotina das atividades deste Tribunal, quais sejam: ampliação do acesso ao serviço de telefonia fixa e móvel do tribunal; maior capacidade de comunicação com alto nível de segurança; facilitar, por meio das telecomunicações, o alcance de maior produtividade e desempenho das diversas unidades do tribunal; maior satisfação dos clientes internos e externos; maior controle e visibilidade gerencial; e o fomento da flexibilidade para mudança e da inovação na organização.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A especificação abaixo visa oferecer a descrição completa e adequada das características e quantitativos do objeto:

Item	Código	Descrição do fabricante	Especificação do objeto	Unid	Quantidade
1	18332	Teams Phone Standard Sub per User / Phone Sys ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUs	Licença para ativação do recurso "Phone System", 1 (uma) por usuário. Subscrição mensal . Código do licenciamento: LK6-00004	usuários	850
2	18376	Microsoft Collaboration Communications Systems Engineer	Treinamento "Microsoft Collaboration Communications Systems Engineer" ministrado de forma telepresencial, com encontros síncronos e para até 15 (quinze) pessoas. Código do treinamento: MS-721	turma	1

3.2. O item 1 (código LK6-00004) deve disponibilizar, por assinatura, por usuário, a habilitação do "Sistema de Telefonia do Teams", que é um serviço de telefonia hospedado que fornece controle de chamadas e recursos de PBX (Private Branch Exchange).

- 3.2.1. O item 1 (código LK6-00004) consiste no licenciamento padrão do Sistema de Telefonia do Teams e dá acesso a recursos como correio de voz em nuvem, ID do chamador, estacionamento de chamadas, encaminhamento de chamadas, atendedores automáticos, filas de chamadas e transferência de chamada (fonte: Licenças de complemento do Microsoft Teams. Microsoft. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/teams-add-on-licensing/microsoft-teams-add-on-licensing>. Acesso em: 11/09/2023).
- 3.2.2. Para habilitação do "Sistema de Telefonia do Teams", utilizando os planos de tarifação já contratados pelo STJ (contrato STJ 46/2017 ou outro que o suceda), é preciso que haja prévia contratação dos planos E1/E3, A1/A3 ou G1/G3, complementado pela contratação do licenciamento adicional ("add-on") do item 1 (código LK6-00004), ou que haja prévia contratação do plano E5/A5/G5, que já possui incluso o "Sistema de Telefonia do Teams" (fonte: Licenças de complemento do Microsoft Teams. Microsoft. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/en-us/microsoftteams/teams-add-on-licensing/microsoft-teams-add-on-licensing>. Acesso em: 11/09/2023). Considerando que o licenciamento contratado pelo STJ (Contrato STJ 56/2022) inclui planos E1/E3 (itens 2 a 4 do contrato, códigos 7R7-00002, T6A-00024 e AAA-10906) e não inclui o plano E5 completo (código SY9-00004 ou similares), faz-se necessária a aquisição do *add-on* listado no objeto deste termo (código LK6-00004).

3.2.3. O "Sistema de Telefonia do Teams", contratado por meio do licenciamento *add-on* (código LK6-00004), deve disponibilizar diversos recursos de telefonia, dentre os quais destaca-se (fonte: Veja o que você obtém com o Sistema de Telefonia. Microsoft. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/here-s-what-you-get-with-phone-system>. Acesso em: 11/09/2023):

1. Atendentes automáticos na nuvem;
2. Filas de chamada na nuvem;
3. Música de espera;
4. Responder/iniciar chamadas (por nome e número);
5. Opções de encaminhamento de chamada e toque simultâneo;
6. Retirada de chamada de grupo e encaminhamento para grupo;
7. Transferir uma chamada e transferência consultiva;
8. Transferir para a chamada no meio da caixa postal;
9. Recuperação e estacionamento de chamadas;
10. Número de telefone de chamada da pesquisa;
11. ID do chamador;
12. Alternância de dispositivo;
13. Roteamento de chamadas baseadas em presença;
14. Bloco de discagem integrado;
15. Chamada federada;
16. Fazer e receber uma chamada de vídeo;
17. Caixa Postal da Nuvem;
18. Configurações de usuário para a caixa postal da nuvem;
19. Configuração de toque ("ring") simultâneo em dispositivo secundário;
20. Alertas de toque distintos;
21. Aparecimento em linha compartilhada;
22. "Busy on busy" (configuração do comportamento de resposta quando o usuário está ocupado);
23. Bloqueio de chamadas;
24. Telefones de área comum;
25. Suporte ao bypass de mídia, utilizado no roteamento direto com o Teams; e
26. Roteamento de números não atribuídos.

3.2.4. A utilização do recurso de roteamento direto do "Sistema de Telefonia do Teams" aproveita os recursos já existentes no STJ, especialmente quanto ao componente Controlador de Borda de Sessão (do inglês, Session Border Controller - SBC), visto ser este listado no sítio web da Microsoft como SBC certificado ao uso do roteamento direto, bem como quanto ao bypass de mídia, para otimização do tráfego de comunicação (fonte: Session Border Controllers certified for Direct Routing. Microsoft. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/en-us/microsoftteams/direct-routing-border-controllers>. Acesso em: 11/09/2023). O STJ possui SBCs da marca/modelo *Atos Unify OpenScape Session Border Controller*, atualmente em sua versão V10.

3.3. O item 2 (código MS-721) corresponde ao treinamento "Microsoft Collaboration Communications Systems Engineer" ministrado de forma telepresencial, com encontros síncronos e para até 15 (quinze) pessoas, indicadas pelo CONTRATANTE.

3.3.1. A carga horária do curso deve ser de 24 (vinte e quatro) horas.

3.3.2. O treinamento deverá ser realizado no formato telepresencial (à distância), com encontros síncronos.

3.3.3. Cada encontro síncrono deve ter duração mínima de 2 (duas) horas e máxima de 4 (quatro) horas, de modo a totalizar a carga horária do curso em um mínimo de 6 (seis) encontros e máximo de 12 (doze) encontros.

3.3.3.1. Deverão ser realizados no máximo 3 encontros por semana.

3.3.4. O treinamento deverá abordar, ao menos, os seguintes tópicos, conforme a divisão por módulos disponível no sítio web do fabricante:

- I. Introdução ao Teams meetings e chamadas:
 - a. Descrição do Teams meetings e eventos;
 - b. Descrição do sistema de telefonia do Teams;
 - c. Descrição dos atendentes automáticos e das filas de chamadas;
 - d. Descrição do Microsoft Teams Rooms, dos dispositivos para Teams meeting room, e dos telefones habilitados para o Teams;
- II. Planejamento do sistema de telefonia do Teams:
 - a. Planejamento de uma implantação básica de um sistema de telefonia do Teams;
 - b. Planejamento de opções de chamada avançadas para o sistema de telefonia do Teams;
 - c. Planejamento para dispositivos e telefones habilitados para o Teams;
- III. Planejamento para o Microsoft Teams Rooms e para o Surface Hub:
 - a. Entendendo as principais diferenças entre o Microsoft Teams Room para Android e o Microsoft Teams Rooms para Windows;
 - b. Explicação de quais acessórios, componentes e periféricos são mandatórios;
 - c. Entendendo a vantagem de uso do Surface Hub;
 - d. Entendendo a diferença entre as opções de licenciamento;
 - e. Planejamento e revisão do leiaute de uma sala física;
- IV. Planejamento e otimização da performance de rede para as mídias do Teams:
 - a. Descrição dos requisitos de rede do Teams;
 - b. Avaliação dos requisitos de banda da organização com o Teams Network planner;
 - c. Avaliação da rede usando o Teams Network Assessment Tool;
 - d. Otimização da rede e WiFi para o fluxo de mídia;
 - e. Otimização do fluxo de mídia com QoS;
- V. Configuração e implantação do sistema de telefonia do Teams:
 - a. Configuração de endereços de chamadas para emergência;
 - b. Administração dos números do plano de chamadas da Microsoft;
 - c. Configuração e administração do Operator Connect e do Teams Phone Mobile;
 - d. Entendendo as políticas e opções de configuração do sistema de telefonia do Teams;
 - e. Configuração da conferência de áudio e dos créditos de comunicação.

3.3.5. O material didático fornecido deverá compreender, ao menos, o material didático oficial da Microsoft E-Learning e laboratórios virtuais para teste dos recursos apresentados.

- 3.3.6. Os encontros telepresenciais deverão ser gravados e posteriormente fornecidos ao CONTRATANTE, em mídia física ou por meio de link para download.
- 3.4. Conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, o objeto desta contratação é caracterizado como bem/serviço comum.

4. METODOLOGIA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

4.1. Para o item 1 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, o quantitativo de usuários para contratação foi estimado considerando o somatório do quantitativo de usuários em regime de teletrabalho com o quantitativo de usuários que, de acordo com o artigo 9º da **Resolução STJ n. 2 de 4 de fevereiro de 2015**, poderão ser usuários dos serviços de telefonia móvel pessoal, além dos usuários das unidades gestoras da telefonia institucional, integrantes da Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação (CCOM/STI) do STJ, em um total de aproximadamente 850 (oitocentos e cinquenta) usuários.

4.1.1. O recurso de integração da central telefônica do STJ ao software Microsoft Teams será disponibilizado inicialmente aos usuários dos serviços de telefonia móvel pessoal, os quais possuem acesso ao aplicativo móvel do Microsoft Teams instalado, bem como aos usuários em teletrabalho ou que necessitem de mobilidade da telefonia IP institucional, considerando a disponibilidade da parcela de usuários de telefonia móvel pessoal que não optarem pelo uso da integração. O quantitativo total estimado leva em consideração que parte dos usuários em teletrabalho também são usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) institucional, não sendo contabilizados em duplicidade.

4.1.2. O artigo 9º da Resolução STJ n. 2 de 4 de fevereiro de 2015 possui a seguinte redação:

"Art. 9º Poderão ser usuários dos serviços de telefonia móvel pessoal:

I - os ministros e os magistrados convocados nos termos do art. 56 do Regimento Interno;

II - magistrados designados para atuar como juízes auxiliares e juízes instrutores no Tribunal;

III - o diretor-geral da Secretaria do Tribunal e o secretário-geral da Presidência;

IV - os assessores-chefes, os titulares das secretarias, os chefes de gabinete

de ministro e os chefes das representações do Tribunal; e

V - servidores autorizados pelo presidente ou pelo diretor-geral."

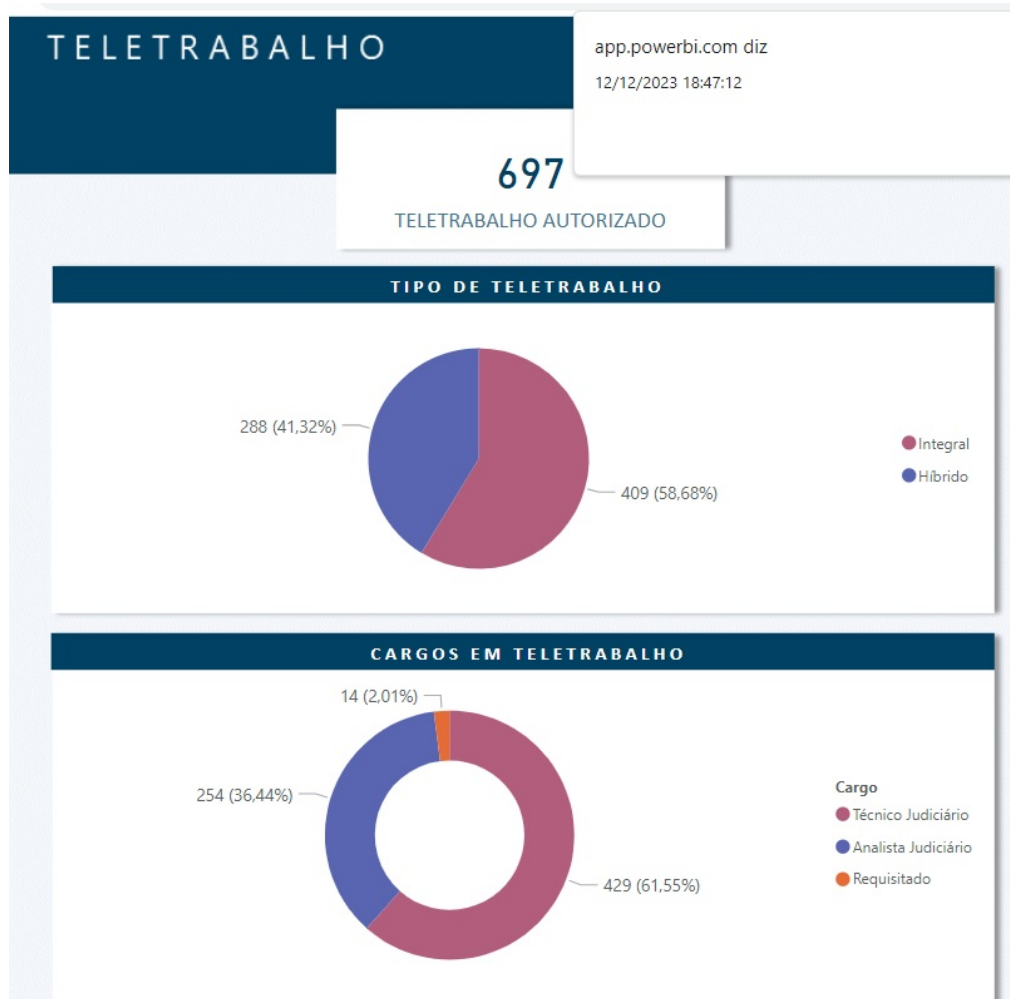
Nesse contexto, a tabela abaixo especifica as parcelas que compõem o quantitativo estimado de usuários do caput:

Fundamentação	Descrição do público usuário	Quantidade
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso I) / Regimento Interno (Art. 56)	Ministros	33
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso I) / Regimento Interno (Art. 56)	magistrados convocados nos termos do art. 56 do Regimento Interno	2
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso II) / Regimento Interno (Art. 56)	Magistrados designados para atuar como juízes auxiliares	40
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso II) / Regimento Interno (Art. 56)	juízes instrutores no Tribunal	13
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso III) / Regimento Interno (Art. 56)	O diretor-geral da Secretaria do Tribunal e o secretário-geral da Presidência	2
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso IV) / Regimento Interno (Art. 56)	Os assessores-chefes	12
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso IV) / Regimento Interno (Art. 56)	os titulares das secretarias	14
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso IV) / Regimento Interno (Art. 56)	os chefes de gabinete de ministro	40
Resolução 4/2015 (Art. 9º, inciso IV) / Regimento Interno (Art. 56)	os chefes das representações do Tribunal	2
Item 4.1. deste termo de referência (caput)	Servidores das unidades gestoras da telefonia institucional	13 (somatório dos quantitativos de servidores das unidades SERTE, SGRES e CCOM)
TOTAL:		171 servidores

Dessa forma, totalizam-se 171 (cento e setenta e um) servidores usuários

do Serviço Móvel Pessoal (SMP) institucional e integrantes das unidades gestoras da telefonia institucional.

- 4.1.3. O quantitativo atual de servidores em regime de teletrabalho, disponível para consulta na transparência do STJ através do sítio web <https://transparencia.stj.jus.br/pessoal-e-remuneracao/pagamento-e-lotacao-de-pessoal/> (atualizado até o primeiro semestre de 2023), com a atualização do painel de inteligência de negócios da Secretaria de Gestão de Pessoas do STJ mostrado na figura abaixo (consulta em 11/09/2023), é de **697 (seiscentos e noventa e sete)** servidores.



- 4.1.4. Cabe salientar que o art. 1º da [Resolução Nº 481 de 22/11/2022](#) deu nova redação à [Resolução Nº 227 de 15/06/2016](#), que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário, dentre outras providências, limitando a 30% (trinta por cento) o número máximo de servidores em teletrabalho em cada unidade administrativa.

"Art. 1º O [art. 5º da Resolução CNJ n. 227/2016](#) passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 5º Compete ao gestor da unidade sugerir à Presidência ou à outra unidade por ela definida os nomes dos servidores interessados em atuar em regime de teletrabalho, cujo pleito será deferido desde que haja interesse da Administração e, quando for o caso, interesse público, observadas as seguintes diretrizes:

I - poderão pleitear o teletrabalho, integral ou parcial, todos os servidores, inclusive para residir fora da sede de jurisdição do tribunal, desde que não incidam em alguma das seguintes vedações:

.....

*III - a quantidade de servidores e as atividades que poderão ser executadas em regime de teletrabalho serão definidas por proposta da Comissão de Gestão do Teletrabalho de cada órgão, devidamente justificada, e aprovada por ato de sua respectiva Presidência, observando-se as vedações constantes no inciso I, além da limitação do número máximo de servidores, **que não poderá exceder 30% (trinta por cento) do quadro permanente da Vara, Gabinete ou Unidade Administrativa.**" (NR)*

Nesse contexto, considerando o atual quadro do STJ em 2.922 (dois mil e novecentos e vinte e dois) servidores - atualizado até 11/09/2023 -, conforme [dados da transparência do STJ](#), o limite de teletrabalho seria de 876 (oitocentos e setenta e seis servidores), aproximadamente.

- 4.1.5. Somando-se o quantitativo de usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP), listados no item 4.1.2., ao quantitativo de servidores atualmente em teletrabalho, conforme item 4.1.3., obtém-se o quantitativo total de 868 usuários. Considerando as interseções entre os públicos (usuários em teletrabalho e que ao mesmo tempo poderão ser usuários do SMP), conclui-se ser adequado o quantitativo de, aproximadamente, 850 (oitocentos e cinquenta) licenças.

- 4.1.6. A escolha do licenciamento Microsoft do item 1 do objeto descrito neste termo, do tipo "Add-On", também considera a necessidade da presença de licenças Office 365 E3 ativadas, em correspondência de 1 (uma) licença por usuário, sendo esse requisito atendido por meio do item 4 do [Contrato 56/2022](#) do STJ, que atualmente fornece a subscrição do Office 365 E3 (código **AAA-10906**) para 3242 (três mil duzentos e quarenta e dois) usuários, conforme [Primeiro Termo Aditivo](#) ao contrato. Assim, o quantitativo de 850 (oitocentas e cinquenta) licenças "Add-On" a ser contratado atende esse requisito técnico.
- 4.2. Para o item 2 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, a quantidade de turmas foi estabelecida em 1 (uma) turma, para até 15 (quinze) pessoas, por ser quantidade suficiente para transmissão dos conhecimentos relevantes a servidores de todas as áreas envolvidas (servidores das áreas de telecomunicações, de infraestrutura e de serviços corporativos).

5. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

- 5.1. A adjudicação será realizada pelo critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, mediante realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.
- 5.1.1. A Súmula TCU nº 247 dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.
- 5.1.2. Nesse sentido, foi realizada a divisão do objeto descrito no item 3.1. em 2 (dois) itens.

6. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA

6.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

6.1.1. Para o item 1 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, o fornecedor deverá apresentar certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional no fornecimento de licenças da fabricante Microsoft no quantitativo de 425 (quatrocentas e vinte e cinco) licenças, podendo ser aceito o somatório de atestados, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88](#) da Lei 14.133/2021.

6.1.1.1. A critério da Administração, poderá ser necessário diligenciar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

6.1.1.2. A critério da Administração, considerando que vários serviços auxiliares serão fornecidos diretamente pela Microsoft, poderá ser necessário diligenciar o fabricante, visando obter informações sobre credenciamento e/ou autorização deste para com a licitante.

6.1.2. Para o item 2 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, o fornecedor deverá apresentar certidões ou atestados que demonstrem que a licitante já ministrou cursos da Microsoft de características técnicas semelhantes no quantitativo de até 50% do número de horas-aula do treinamento, quando comparado ao que o STJ pretende contratar, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88](#) da Lei 14.133/2021.

6.2. DAS DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:

6.2.1. PROPOSTA:

6.2.1.1. A proposta do fornecedor deverá especificar de forma clara, completa e minuciosa, todos os itens ofertados na Planilha de Preços, devendo também:

6.2.1.1.1. Observar, quando da formulação de sua proposta, as especificações e características obrigatórias, não sendo permitida a oferta de preços alternativos ou a inclusão de condições que impeçam o julgamento objetivo da licitação.

6.2.1.1.2. Detalhar em suas propostas comerciais os preços unitários e total para cada um dos produtos licenciados, disponibilizando planilha que tenha ao menos as seguintes informações:

6.2.1.1.2.1. Nome do Produto;

6.2.1.1.2.2. Descrição do Produto;

6.2.1.1.2.3. Identificador único do licenciamento (Part Number ou similar);

6.2.1.1.2.4. Preço unitário por ano; e

6.2.1.1.2.5. Valor total para 12 meses.

6.2.1.1.3. Informar o prazo máximo para entrega dos produtos, em conformidade com o limite determinado por este Termo de Referência, contados a partir da assinatura do contrato.

6.2.1.1.4. As tabelas do ANEXO V. poderão ser utilizadas para compor a proposta da licitante.

6.2.1.2. O valor total de cada item não poderá ser superior ao valor estimado no Edital, mesmo a licitante tendo proposto o menor preço global. Nesse caso, esses valores serão reduzidos ao limite definido, recalculando o valor total da proposta.

6.2.1.3. A ausência, na Planilha de Preços, de quaisquer dos itens especificados e necessários à execução satisfatória do objeto, não exime o licitante de fornecê-los dentro do preço global da proposta.

6.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.2.2.1. Para o item 1 do objeto, a licitante deverá comprovar os critérios contábeis referentes à qualificação econômico-financeira nas condições exigidas na minuta de edital, devendo ser considerado o nível II de relevância orçamentária.

6.3. A licitante deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, de habilitação fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira exigida no capítulo "Fase de Habilitação" do instrumento convocatório.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A CONTRATADA deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Instrução Normativa STJ/GDG 15, de 12 de novembro de 2020.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O CONTRATANTE emitirá, após a assinatura do contrato, ordem de serviço para que o fornecedor do item 1 do objeto descrito no item 3.1. disponibilize o licenciamento contratado e que o fornecedor do item 2 inicie e conclua o treinamento, conforme modelo disponibilizado no ANEXO II. e prazos estipulados neste termo.

8.1.1. Para cada item do objeto será emitida Ordem de Serviço (OS) correspondente, com a finalidade de formalizar o início da disponibilização do objeto contratado, sendo os pagamentos único ou mensal, conforme o caso, realizados no decorrer da vigência do respectivo item, sem a necessidade de emissões de novas ordens de serviço.

8.2. O fornecedor do item 1 do objeto descrito no item 3.1. deverá:

8.2.1. Providenciar a ativação do licenciamento contratado nos sistemas ou portais de administração de licenças do CONTRATANTE, conforme o caso, mantendo a conta corporativa já existente em nome do Superior Tribunal de Justiça.

8.2.2. Fornecer o licenciamento dos produtos acompanhado de chaves de ativação e demais itens necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, contemplando as versões indicadas no Edital ou as versões mais recentes disponibilizadas pelo fabricante, observando todas as especificações técnicas consignadas em sua proposta comercial.

8.2.3. Fornecer ao CONTRATANTE, sem ônus adicional, mídias contendo os produtos objeto deste contrato, caso não seja possível efetuar o "download" diretamente a partir do "site" do fabricante.

8.2.4. Fornecer a documentação técnica completa e atualizada dos produtos adquiridos, contendo manuais do fabricante, guias de instalação e outros documentos pertinentes, sempre em suas versões originais

8.2.4.1. A documentação poderá ser disponibilizada em site do fabricante, com acesso liberado ao Contratante.

8.2.5. Validar, sempre que necessário, em razão de eventuais mudanças de nomenclatura dos produtos, os novos nomes e códigos referentes às versões mais atualizadas.

8.3. A tabela abaixo sintetiza os principais eventos e respectivos prazos relacionados à execução do objeto.

Número do evento	Número do evento precedente	Descrição do evento	Responsável	Prazo
1	-	Assinatura do contrato	CONTRATANTE e CONTRATADO	-
2	1	Entrega da garantia contratual	CONTRATADO	Conforme item 10.3.2.
3	1	Emissão da Ordem de Serviço	CONTRATANTE	-
4	3	Entrega das licenças contratadas com instalação ou início e conclusão do treinamento, conforme o item do objeto.	CONTRATADO	Conforme item 10.3.1.1.
5	4	Recebimento provisório	CONTRATANTE	Conforme item 9.2.2.1. ou 9.2.1.1., conforme o caso.
6	5	Entrega da comprovação do licenciamento demandado junto ao fabricante, conforme o item do objeto	CONTRATADO	Conforme item 10.3.1.2.
7	6	Recebimento definitivo	CONTRATANTE	Conforme item 9.2.2.2. ou 9.2.1.2., conforme o caso.

8.4. O fornecedor do item 2 do objeto descrito no item 3.1. deverá:

- 8.4.1. Ministrar o treinamento de forma telepresencial, com encontros síncronos, seguindo as especificações do item 3.3. deste termo.
- 8.4.2. Atentar-se à carga horária mínima do treinamento, a ser dividida conforme acordo entre CONTRATADA e CONTRATANTE, respeitando os limites estabelecidos no item 3.3. deste termo para a quantidade e duração dos encontros.

8.5. Para execução do objeto, além das diretrizes do item 8.2., o fornecedor do item 1 do objeto descrito no item 3.1. também deverá:

8.5.1. Fornecer credenciais de acesso ao(s) site(s) do fabricante, para a realização de "downloads" dos produtos adquiridos, em suas versões mais recentes, bem como para a realização de "downloads" de correções, atualizações recentes, drivers, e quaisquer "softwares" de apoio ali disponibilizados, mantendo a conta corporativa já existente em nome do Superior Tribunal de Justiça.

8.5.2. Disponibilizar ao CONTRATANTE acesso ao site que contenha Base de Conhecimento do fabricante sobre os produtos contemplados no objeto do ajuste.

8.5.3. Disponibilizar ao CONTRATANTE monitor de controle de licenças fornecidas e dos direitos adquiridos.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A(s) empresa(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) entregar todos os itens necessários à sua perfeita instalação e uso no prazo especificado na proposta, bem como em plena compatibilidade com as especificações e com a proposta apresentada.

9.2. O recebimento e a aceitação do objeto obedecerão ao disposto no artigo 140 da [Lei 14.133/2021](#), no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:

9.2.1. Para as parcelas de pagamento único do item 2 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, referente ao treinamento:

9.2.1.1. provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.2.1.2. definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.2.2. Para as parcelas de pagamento mensal do item 1 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, correspondente ao licenciamento por subscrição mensal, a cada mês de prestação do serviço:

- 9.2.2.1. provisoriamente, pelos fiscais do contrato, após o recebimento da fatura mensal, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações e com a proposta;
- 9.2.2.2. definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações do STJ, pelo gestor do contrato, mediante "atesto" da nota fiscal/fatura mensal.
- 9.2.3. Para o item 1 do objeto, em relação à entrega inicial e comprovação do licenciamento com o fabricante, para efeito de fixação da data a partir da qual os serviços de subscrição mensal de licenças poderão ser faturados:
 - 9.2.3.1. provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - 9.2.3.2. definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, sendo a data do recebimento definitivo considerada para início do faturamento dos serviços de subscrição mensal de licenças.
- 9.3. A Comissão de Recebimento ou a Equipe de Gestão e Fiscalização, conforme o caso, reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos ou serviços que estiverem em desacordo com o contrato, obrigando-se o fornecedor a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou a substituição dos itens ou serviços não aceitos, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. OBRIGAÇÕES GERAIS (ITEM 1 DO OBJETO):

- 10.1.1. A CONTRATADA deve cumprir as regras técnicas das especificações do objeto; as condições da proposta; as condições contratuais; e executar e entregar o licenciamento em perfeito estado de funcionamento.
- 10.1.2. A CONTRATADA deverá:

- 10.1.2.1. cooperar com a equipe técnica do STJ e com a equipe técnica da outra empresa contratada para fornecer o objeto, caso o objeto seja adjudicado a mais de uma empresa, realizando todas as configurações necessárias ao pleno funcionamento da integração da central telefônica do STJ ao software Microsoft Teams, usando o recurso de roteamento direto disponível no Sistema de Telefonia do Teams;
- 10.1.2.2. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste contrato que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- 10.1.2.3. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
- 10.1.2.4. responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade desta ou de terceiros;
- 10.1.2.5. comunicar ao CONTRATANTE, no caso de atualização de versão de qualquer dos itens contratados, que esta encontra-se disponível para *download* no sítio do fabricante;
- 10.1.2.6. Apresentar, para fins de formalização do contrato, certificado ou declaração do fabricante indicando que é revendedora autorizada a comercializar os softwares ofertados.
- 10.1.2.7. Iniciar a execução do contrato imediatamente a partir da emissão da ordem de serviço.
- 10.1.2.8. Efetuar as correções de problemas e anomalias (*bugs*) nos *softwares*, atualizações de versões e *releases*.
- 10.1.2.9. Solucionar dúvidas e acompanhar a configuração, upgrade e instalação das ferramentas disponibilizadas para gestão do ambiente.
- 10.1.2.10. Promover, gradativamente, a transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

- 10.1.2.11. Garantir que novas versões ou atualizações dos produtos, sob contrato de manutenção, tenham a perfeita compatibilidade com o ambiente operacional em uso nas instalações computacionais do STJ.
- 10.1.2.12. Fornecer todas as atualizações de versões que ocorrerem durante a vigência contratual.
 - 10.1.2.12.1. Entende-se como "atualização" o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, "patches", "fixes", "updates", "service packs", novas "releases", "versions", "builds", "upgrades", englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado.
- 10.1.2.13. Garantir a atualização dos drivers e softwares instalados, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases, a partir do recebimento definitivo pelo CONTRATANTE, durante o período de garantia.
- 10.1.2.14. Substituir licenças equivalentes durante a vigência do Contrato, quando necessário, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 10.1.2.15. Contemplar a resolução de qualquer problema nas licenças e serviços descritos neste documento, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 10.1.2.16. Inventariar os equipamentos/serviços/softwares somente quando solicitado e autorizado formalmente pelo CONTRATANTE.
- 10.1.2.17. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Confidencialidade da Informação, conforme modelo do ANEXO I. deste termo, obrigando-se a não realizar, promover, incentivar a divulgação de qualquer dado ou informação do ambiente computacional do CONTRATANTE, bem como dos dados ou informações contidas nele sem a prévia autorização.
- 10.1.2.18. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE.
- 10.1.2.19. Obedecer às normas internas do CONTRATANTE, relativas à segurança, à identificação, ao trânsito e à permanência de pessoas em suas dependências.

- 10.1.2.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, de todos os dados ou informações do CONTRATANTE ou suas representações obtidas em função da prestação do objeto contratado, além de qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.
- 10.1.2.21. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas: à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e às configurações de hardware e de software decorrentes; ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos; a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do CONTRATANTE.
- 10.1.2.22. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil e penal, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 10.1.2.23. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos produtos, fornecendo os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados.
- 10.1.2.24. Responder a questionamentos administrativos tempestivamente, dentro dos prazos estipulados pelo gestor do contrato, justificando quando não for possível.
- 10.1.2.25. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade aplicáveis.
- 10.1.2.26. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação.
- 10.1.2.27. Providenciar, se aplicável ao tipo de licenciamento, a listagem das licenças contratadas no acesso existente do Superior Tribunal de Justiça ao VLSC - Volume Licensing Service Center, serviço disponibilizado pela Microsoft para acompanhamento e uso das licenças e benefícios do Contrato.

10.2. OBRIGAÇÕES GERAIS (ITEM 2 DO OBJETO):

10.2.1. A CONTRATADA deverá:

- 10.2.1.1. Seguir o conteúdo programático e a carga horária da proposta;
- 10.2.1.2. Disponibilizar e utilizar os recursos citados na proposta;
- 10.2.1.3. Disponibilizar os instrutores especialistas, credenciados, com amplo conhecimento e domínio das disciplinas a serem lecionadas;
- 10.2.1.4. Disponibilizar aos alunos e aos responsáveis do STJ pelos treinamentos o link para acesso à Plataforma virtual em que serão ministrados os treinamentos;
- 10.2.1.5. Ministrar as ações pelos estritos valores pactuados;
- 10.2.1.6. Emitir boletim ou relatório de frequência da turma;
- 10.2.1.7. Estruturar e planejar as aulas;
- 10.2.1.8. Disponibilizar o material didático digitalizado;
- 10.2.1.9. Providenciar instrutores especialistas certificados pela Microsoft ("Microsoft Certified Trainer") para ministrar o treinamento;
 - 10.2.1.9.1. Nesse sentido, no momento da assinatura do contrato, o fornecedor do item 2 também deverá apresentar o currículo completo dos instrutores que ministrarão o treinamento, com vistas a comprovar o atendimento do item 10.2.1.9. deste termo.
- 10.2.1.10. Conduzir as atividades das ações de educação corporativa.

10.3. OBRIGAÇÕES COM PRAZOS (ITEM 1 DO OBJETO):

10.3.1. A CONTRATADA deverá:

- 10.3.1.1. entregar no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da emissão da ordem de serviço, conforme item 8.1. deste termo, as licenças adquiridas, de modo que as licenças estejam prontas para uso, incluindo, se for o caso, procedimentos de instalação de arquivos de licenciamento ou similares;

10.3.1.2. entregar no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da emissão da ordem de serviço, documentação de comprovação da demanda do licenciamento junto ao fabricante;

10.3.2. Além das obrigações com prazos listadas no item 10.3.1. deste termo, a CONTRATADA deverá ainda, caso seja a fornecedora do item 1 do objeto descrito no item 3.1. deste termo, entregar no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato, a garantia contratual prevista na Seção 13. deste termo.

10.4. OBRIGAÇÕES COM PRAZOS (ITEM 2 DO OBJETO):

10.4.1. A CONTRATADA deverá:

10.4.1.1. iniciar o treinamento no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) do treinamento pelo STJ;

10.4.1.2. disponibilizar o material didático até o dia de início do treinamento;

10.4.1.3. concluir o treinamento no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** a partir do início do treinamento;

10.4.1.4. concluir as demais obrigações firmadas no decorrer da vigência do contrato estabelecida no item 12.1.2., cumprindo todas as especificações contidas neste termo.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Nomear gestor e fiscais que farão o acompanhamento e a fiscalização do contrato até o final do período da vigência da cobertura ativa do objeto.

11.2. Prestar, aos empregados da CONTRATADA, as informações e esclarecimentos que estes venham a solicitar.

11.3. Além das obrigações e atribuições definidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do STJ, será responsabilidade da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

11.3.1. Da Gestão do Contrato:

11.3.1.1. Analisar e verificar se as exigências contratuais foram alcançadas e propor as glosas estipuladas para cada caso.

- 11.3.1.2. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessária, a apresentação de documentos que comprovem a validação e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação previstas no ato convocatório.
- 11.3.1.3. Verificar e aprovar os documentos encaminhados pela CONTRATADA.
- 11.3.1.4. Para os itens de pagamento em parcela única, efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que atendidas as formalidades necessárias e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.3.1.5. Atestar a nota de cobrança encaminhada pela CONTRATADA e enviá-la à área administrativa para providências, juntamente com eventuais documentos auxiliares.
- 11.3.1.6. Encaminhar a documentação comprobatória de penalizações ou multas administrativas para os setores responsáveis e sugerir providências.

11.3.2. Do Fiscal Requisitante:

- 11.3.2.1. Preencher as Ordens de Serviços de fornecimento anualmente, especificando os quantitativos necessários, justificando os acréscimos, reduções e/ou supressões, encaminhando à gestão do contrato para autorização e providências.
- 11.3.2.2. Controlar a distribuição e uso das licenças durante a vigência contratual.
- 11.3.2.3. Emitir e aprovar mensalmente o relatório mensal de atividades.

11.3.3. Dos Fiscais Técnicos:

- 11.3.3.1. Apoiar o Fiscal Requisitante quanto à verificação técnica de funcionalidade e compatibilidade dos softwares e as atividades dos usuários.
- 11.3.3.2. Abrir os chamados de suporte e acompanhar os serviços de manutenção decorrentes das solicitações.
- 11.3.3.3. Analisar os relatórios de serviços relativos aos chamados e atestar os serviços.

11.3.3.4. Relatar os problemas de atendimento que porventura venham a ocorrer à gestão do contrato.

11.4. Para o item 2 do objeto, o STJ fica obrigado a:

11.4.1. Divulgar a ação de educação, conforme o caso;

11.4.2. Administrar a inscrição dos participantes;

11.4.3. Formar a turma;

11.4.4. Prestar suporte aos instrutores e aos alunos;

11.4.5. Acompanhar a execução da ação de educação;

11.4.6. Encerrar a turma em sistema próprio.

12. VIGÊNCIA

12.1. A vigência do contrato será:

12.1.1. de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato, **para o item 1 do objeto (licenciamento Microsoft)**;

12.1.2. de 180 (cento e oitenta) dias a contar de assinatura do contrato, para o item 2 do objeto (treinamento).

12.2. O contrato decorrente do quantitativo do item 1 poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

12.2.1. O item 2 do objeto não será renovado.

12.2.2. O item 1, de subscrição de licenciamento Microsoft, se enquadra como fornecimento continuado, conforme alínea "i" do art. 5º da IN STJ/GDG 10/2022.

12.3. Para o item 1, quando a solicitação de reajuste é realizada pela CONTRATADA, deve-se observar o lapso temporal mínimo de 12 (doze) meses a contar da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que ensejou o último reajuste, utilizando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), limitado à variação nos últimos 12 (doze) meses.

13. GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1. Quanto ao item 1 do objeto, para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE garantia contratual equivalente ao percentual de 5% do valor do contrato referente ao item, nos termos do artigo 96, § 1º, incisos I, II e III da Lei 14.133/21.

14. SANÇÕES

- 14.1. Além das sanções previstas no edital e no contrato, a CONTRATADA responsável pelo fornecimento do **item 1** estará sujeita às penalidades detalhadas no quadro abaixo:

Obrigação/conduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual

Obrigação/conduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
Entrega da garantia contratual, conforme obrigação 10.3.2.	Multa de mora	30 dias corridos	Assinatura do contrato	Valor anual do item 1.	0,5% (cinco décimos por cento) ao extrapolar o prazo, somado a 0,1% (um décimo por cento) para cada dia útil adicional de atraso, limitado a 2,5% (dois vírgula cinco por cento), observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

Obrigação/conduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
Entrega das licenças, incluindo instalação, conforme obrigação 10.3.1.1.	Multa de mora	30 dias corridos	Emissão da Ordem de Serviço	Valor anual do quantitativo de licenças do item 1 não entregue.	0,5% (cinco décimos por cento) ao extrapolar o prazo, somado a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para cada dia corrido adicional de atraso, limitado a 10% (dez por cento), observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

Obrigação/conduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
Comprovação do licenciamento demandando junto ao fabricante, conforme obrigação 10.3.1.2.	Multa de mora	15 dias corridos	Termo de Recebimento Provisório	Valor anual do item 1.	0,5% (cinco décimos por cento) ao extrapolar o prazo, somado a 0,1% (um décimo por cento) para cada dia útil adicional de atraso, limitado a 2,5% (dois vírgula cinco por cento), observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

Obrigação/conduita	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
cooperar com a equipe técnica do STJ e com a equipe técnica da outra empresa contratada para fornecer o objeto, caso o objeto seja adjudicado a mais de uma empresa, conforme obrigação do item 10.1.2.1.	Multa por ocorrência	-	-	Valor anual do item 1.	6% por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Cumprir determinação formal ou instrução complementar e/ou requisição do Gestor/Fiscal para apresentação de quaisquer documentos inerentes à perfeita fiscalização contratual, inclusive documentação mensal de faturamento;	Multa por ocorrência	-	-	Valor anual do item 1.	0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

Obrigação/conduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
Quebra do sigilo e/ou da confidencialidade previstas no Termo de Confidencialidade da Informação	Multa por ocorrência	Cada ocorrência	Ocorrência	Valor anual do item 1.	0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Demais obrigações da Seção 10.	Advertência	-	-	-	-

Obrigação/conduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
Reincidência de conduta punida com advertência.	Em caso de reincidência após aplicação de sanção de advertência, multa por ocorrência.	-	-	Valor anual do item 1.	0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Inexecução total do contrato	Multa compensatória	-	-	Valor anual do item 1.	30% (trinta por cento), observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.2. Além das sanções previstas no edital e no contrato, a CONTRATADA responsável pelo fornecimento do **item 2** estará sujeita às penalidades detalhadas no quadro abaixo:

Obrigação/co nduta	Tipo de multa	Prazo	Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
-----------------------	---------------	-------	----------------	-----------------	------------

Obrigações/co- ntratuais	Multa por ocorrência	Prazo	Multa por temporal	Base de cálculo	Percentual
Atraso injustificado do início das aulas	Multa por ocorrência	20 minutos	Diário	Valor do item 2.	0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para o contrato não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Descumprimento de mais de dez por cento da carga horária total do curso	Multa compensatória	-	-	Valor do item 2.	10% (dez por cento) por ocorrência, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Ausência de carga horária total do curso	Multa por ocorrência	-	-	Valor do item 2.	2,0% (dois por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Ausência de materiais indispensáveis de curso em cada aula	Multa por ocorrência	-	-	Valor do item 2.	2,0% (dois por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Atraso em injustificado no envio do relatório de encerramento da turma	Multa de mora	10 dias úteis	Término da turma	Valor do item 2.	0,5% (cinco por cento) por dia útil de atraso, limitado a 2,5% (cinco por cento), observado que o valor final apurado para o contrato não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Ausência de instrutores especialistas	Multa compensatória	-	-	Valor do item 2.	10% (dez por cento) por ocorrência, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Ausência de certificado de treinamento ("Microsoft Certified Trainer")	Multa compensatória	-	-	Valor do item 2.	10% (dez por cento) por ocorrência, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Demais obrigações da Seção 10.	Advertência	-	-	-	total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Demais obrigações da Seção 10.	Advertência	-	-	-	-

Obrigações de conduta punida com multa	Em caso de reincidência	- Prazo	- Marco Temporal	Base de cálculo	Percentual
Ausência injustificada do início das aulas	Multa por aplicação de sanção de advertência, multa por ocorrência	20 minutos	Data/Hora acordada para início do curso	Valor do item 2.	0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Descumprimento de mais de dez por cento da carga contratada total do curso	Multa compensatória	-	-	Valor do item 2.	10% (dez por cento), observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
Ausência de materiais	Multa por ocorrência	-	-	Valor do item 2.	2,0% (dois por cento) por ocorrência, até o limite de 5 ocorrências, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
14.3. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de atrasos fortuitos, necessários ao bom andamento do curso, em força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.					
14.4. Para todo procedimento sancionatório, o valor da multa a ser fixada será aquele apurado, conforme critérios dos itens 14.1. e 14.2., conforme o caso, ou 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do respectivo contrato, o que for maior, observado o limite máximo do § 3º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.					
14.5. Constituirá cumprimento irregular das cláusulas contratuais o atenuamento do limite máximo do § 3º do Art. 156 da lei 14.133/2021, para quaisquer das sanções listadas nos itens 14.1. e 14.2., podendo a CONTRATANTE extinguir o contrato, observada a motivação formalmente registrada nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Art. 137 da Lei 14.133/2021.					
Ausência de instrutores especialistas certificados pela Microsoft ("Microsoft Trainer")	Multa compensatória	-	-	Valor do item 2.	30% (trinta por cento), observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
15. PAGAMENTO					
15.1. Para as licenças do item 1 do objeto, o pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento definitivo das licenças, de acordo com o prazo legal estabelecido no edital ou no contrato, conforme o caso.					
Demais obrigações da Seção 10.	Advertência	-	-	-	-

15.1.1. A coluna C da tabela abaixo exemplifica o valor da fatura mensal do item 1, para um dado valor unitário mensal de licenciamento.

Item de pagamento mensal						
Item	Descrição da licença	Unid.	Quantidade (A)	Valor Unitário Mensal (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C = A*B)	Valor Total - 12 meses (R\$) (D = 12*C)
1	Teams Phone Standard Sub per User / Phone Sys ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (código LK6-00004), subscrição mensal	usuários	850	36,07	30.659,50	367.914,00
Valor total do item 1 do objeto (R\$)						367.914,00

Nesse contexto, o valor a ser desembolsado para o item 1 do objeto na vigência inicial do contrato (12 meses) será de R\$ 367.914,00 (trezentos e sessenta e sete mil e novecentos e quatorze reais), com pagamentos mensais de R\$ 30.659,50 (trinta mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

15.1.2. Os Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis (VSMA) correspondem ao valor mensal do licenciamento Microsoft do item 1 multiplicado pela quantidade de licenças.

- 15.1.3. Aos Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis (VSMA), referentes ao item 1 do objeto, serão aplicadas glosas conforme acordo de nível de serviço estabelecido no ANEXO VI..
- 15.2. Para o item 2 do objeto, o pagamento será efetuado em parcela única , após o recebimento definitivo do treinamento, estando cumpridas todas as exigências relacionadas, de acordo com o prazo legal estabelecido no edital ou no contrato, conforme o caso.
- 15.2.1. O pagamento será efetuado após a finalização do treinamento, mediante apresentação de relatório de participação, de certificados aos participantes e da nota fiscal, vinculando-se, ainda, à comprovação de regularidade fiscal do CONTRATADO e cumprimento de todas as exigências acordadas.
- 15.3. A seção "DA LIQUIDAÇÃO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO" do instrumento convocatório e do contrato oferece mais detalhamento das regras que serão aplicadas à liquidação, ao faturamento e ao prazo de pagamento da despesa, bem como à atualização monetária.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1. O titular da **Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel (SERTE/CCOM/STI)** será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.
- 16.1.1. O titular da **Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel (SERTE)** registrará, com auxílio dos fiscais técnico, requisitante e administrativo, todas as ocorrências e as deficiências verificadas, em relatórios editados a qualquer tempo durante a vigência do contrato, cujas cópias serão encaminhadas à Contratada objetivando corrigir serviços mal realizados ou com baixa qualidade, devendo a CONTRATADA tomar as devidas providências para manter o serviço em conformidade com as disposições deste Termo de Referência.

- 16.2. Os titulares da **Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel (SERTE/CCOM/STI)**, uma seção da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), serão designados como gestor e gestor substituto, e acompanharão a execução do contrato, devendo emitir as Ordens de Serviço, bem como coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, procedendo à orientação, fiscalização e interdição da execução do contrato, se necessário, a fim de garantir o exato cumprimento das condições estabelecidas.
- 16.3. Integrantes da **Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação (CCOM/STI)** e suas Seções serão designados como fiscais técnicos e administrativos, titulares e suplentes, e acompanharão o fornecimento dos softwares, a execução técnica dos serviços e a conformidade das documentações apresentadas pela empresa contratada, devendo proceder à orientação, acompanhamento e fiscalização, sob os pontos de vista técnico e administrativo, conforme o caso, da execução do contrato, a fim de garantir o exato cumprimento das condições estabelecidas em contrato.
- 16.4. Integrantes da **Coordenadoria de Infraestrutura (CIEP/STI)** e suas Seções serão designados como Fiscal Requisitante e Suplente, respectivamente, devendo acompanhar a execução das Ordens de Serviço, com apoio dos fiscais técnicos, bem como proceder à orientação, acompanhamento e fiscalização do contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC, a fim de garantir o exato cumprimento das condições estabelecidas em contrato.

17. ESTIMATIVA

- 17.1. O valor da despesa foi estimado com base em pesquisa de preços, conforme documento [3888685](#), resultando na estimativa de R\$ 367.914,00 (trezentos e sessenta e sete mil e novecentos e quatorze reais) para o item 1 do objeto e R\$ 15.975,00 (quinze mil e novecentos e setenta e cinco reais) para o item 2 do objeto e R\$ 383.889,00 (trezentos e oitenta e três mil e oitocentos e oitenta e nove reais) para o valor total do objeto, considerando a vigência de 12 (doze) meses.

Item de pagamento mensal

Item de pagamento mensal				Valor Total	
Item	Descrição da licença	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total - 12 meses (R\$)
Item 1	Teams Phone Standard Sub per User / Phone Sys ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (código LK6-00004), subscrição mensal	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total - 12 meses (R\$)
			(A)	(B)	(D = 12*C)
			Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total - 12 meses (R\$)
			(A)	(B)	(D = 12*C)
	Valor total do item 1 do objeto (R\$) (A)			(C = A*B)	367.914,00
	Item de pagamento em parcela única			(B)	(C = A*B)
1	Teams Phone Standard Sub per User / Phone Sys ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (código LK6-00004), subscrição mensal	usuário	850	R\$ 30,65	367.914,00
Item 2	Descrição da licença	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
			(A)	(B)	(C = A*B)
	Valor total do item 1 do objeto (R\$) (A)			(B)	(C = A*B)
	Item de pagamento em parcela única			(B)	(C = A*B)
2	Treinamento "Microsoft Collaboration Communications Systems Engineer" (MS-721) ministrado de forma telepresencial, com encontros síncronos e para até 15 (quinze) pessoas.	turno	1	R\$ 15.975,00	R\$ 15.975,00
Item 3	Descrição da licença	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
			(A)	(B)	(C = A*B)
	Valor total do item 2 do objeto (R\$) (B)			(B)	(C = A*B)

Valor total estimado para 12 meses (R\$) (C=A*B)	R\$
	383.88
	9,00

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

18.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a. Gestão/Unidade: 50001;
- b. Fonte de Recursos: 1000000000;
- c. Programa de Trabalho: 02.061.0033.4236.5664; e
- d. Natureza de despesa: 33.90.40 (itens 1 e 2).

18.3. A existência de créditos orçamentários vinculados à contratação será atestada pelo STJ a cada exercício financeiro.

19. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (código **LK6-00004**), subscrição mensal

19.3. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5. A equipe de gestão do CONTRATANTE será composta por gestor e por fiscal técnico e administrativo, secretário de Administração do STJ, os quais adotarão as orientações do Manual de Gestão de Contratos do STJ.

19.6. **PREPOSTO:**

19.6.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber, encaminhar e responder questões técnicas, legais e administrativas referentes ao contrato.

19.6.2. A CONTRATADA poderá solicitar a substituição do preposto indicado que não atenda satisfatoriamente às necessidades da execução contratual.

19.7. GESTOR:

19.7.1. O gestor coordenará a fiscalização da execução do contrato, da avaliação da qualidade e dos resultados obtidos, bem como do registro de informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada à prorrogação, repactuação, ao reequilíbrio econômico-financeiro, à alteração, ao acréscimo, à supressão, ao pagamento, à aplicação de sanções, à extinção do contrato, entre outros.

19.7.2. Caberá ao gestor, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

- a. emitir ordens de fornecimento e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;
- b. avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las à autoridade superior para deliberação;
- c. zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação da Secretaria de Administração pedido de modificação/alteração de serviço, que deverá ser encaminhado com a justificativa da contratada, mediante apresentação de documento comprobatório dos fatos alegados, e a manifestação do gestor;
- d. devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço prestado;
- e. acompanhar os resultados alcançados em relação à execução da obrigação do contrato para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida no contrato;
- f. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- g. informar à Secretaria de Administração, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, conforme orientações contidas na Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023;
- h. confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais no prazo estabelecido no edital;
- i. elaborar o relatório final para divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19.8. FISCAL TÉCNICO:

19.8.1. O fiscal técnico realizará o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato em seus aspectos técnicos, a quem caberá, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

- a. verificar se na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- b. anotar em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c. monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- d. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;
- e. confeccionar e assinar o termo de recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico referente aos serviços de acordo com as regras contratuais;
- f. analisar os documentos apresentados para pagamento, conferi-los com as condições estabelecidas no contrato e submeter ao gestor para ateste ou notificação da contratada para regularização de impropriedade constatada;
- g. informar ao gestor sobre eventual incapacidade técnica da empresa na execução contratual;
- h. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento contratual, a aplicação de sanções à contratada, de acordo com as regras estabelecidas no ato convocatório e/ou contrato, observando os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023;
- i. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

19.9. FISCAL ADMINISTRATIVO:

19.9.1. O fiscal administrativo realizará o acompanhamento e o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, a quem caberá, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

- a. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e glosas;
- b. verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- d. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- e. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- f. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, em conjunto com o fiscal técnico, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

ANEXO I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

1. O **Superior Tribunal de Justiça**, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, CNPJ n.º 00.488.478/0001-02 denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a **[nome da contratada]**, sediada **[endereço da contratada]**, CNPJ n.º **[00.000.000/0000-00]**, denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO a assinatura do CONTRATO STJ N.º **[00/2023]**, celebrado com a CONTRATADA para fornecimento e prestação dos serviços objeto do contrato;

CONSIDERANDO a Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, permitindo o processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas e determinando que os processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares, dentre outras determinações;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas, verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangíveis ou intangíveis, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a contratada tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Superior Tribunal de Justiça de que a CONTRATADA tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, doravante denominado TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao acesso de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução dos serviços celebrados entre as partes.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.2 Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

2.3 Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

2.4 Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

2.5 Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

3.1 Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada.

3.2 O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não à execução do serviço, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações da prestação de serviços celebrado entre as partes.

3.3 A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo STJ, a partir da assinatura do contrato, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo STJ;

Parágrafo Primeiro - Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do serviço em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob

quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do serviço.

Parágrafo Segundo - As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

Parágrafo Terceiro - As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- a) Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- b) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- c) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

4.1 As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do serviço, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do serviço sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros da extensão e danos ocorridos devido ao ataque cibernético, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes;

II - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à CONTRATADA, são única e exclusiva propriedade intelectual do STJ;

III - A CONTRATADA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do serviço.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta - DA VIGÊNCIA

5.1 O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a assinatura contratual até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão da execução do serviço.

Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES

6.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão dos CONTRATOS firmados entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/21.

Cláusula Sétima - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO STJ N.º [XX/20XX], que é parte independente e regulatória deste instrumento;

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios da legalidade, de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao contrato celebrado entre as partes;

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para

a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao contrato celebrado entre as partes;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava - DO FORO

8.1 As questões decorrentes deste Termo serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e Instrução Normativa STJ/GDG n. 17 de 3 de julho de 2019.

ANEXO II - ORDEM DE SERVIÇO

1.

IDENTIFICAÇÃO					
Ordem de serviço nº			Data de emissão:		
Contrato STJ			Vigência do contrato:		
Valor do contrato:			Início da execução:		
Contratada:					
Objeto:					
Esta Ordem de Serviço se aplica a: () Item 1 () Item 2					
ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO/ PRODUTO					
Item	Descrição	SKU	Qt d	Valor unitário para 12 meses	Valor total para 12 meses
1	Teams Phone Standard Sub per User/ Phone Sys ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	LK6-00004			
Item	Descrição	SKU	Qt d	Valor unitário	Valor total
2	Treinamento "Microsoft Collaboration Communications Systems Engineer" ministrado de forma telepresencial, com encontros síncronos e para até 15 (quinze) pessoas.	MS-721			
TOTAL					
CRONOGRAMA					
Item	Tarefas	Início	Fim		
1	Entrega dos objetos				
2	Conferência e emissão de termo e/ou relatório de recebimento/aceitação				

CRONOGRAMA			
3	Confirmação de registro do licenciamento junto ao fabricante		
4	Emissão de Termo de Recebimento Definitivo e ou Relatório de Conclusão da Demanda		
5	[Especificar]		
RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO			
Solicitação		Aprovação	
Fiscal Requisitante:		Gestor do Contrato:	
Matrícula:		Matrícula:	
Autorização		Contratada	
[Dirigente superior da unidade requisitante]		Representante/ Preposto:	

À CONTRATADA para ciência.

ANEXO III - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1.

DADOS DO CONTRATO	
Processo de Contratação nº	SEI 025562/2022
Contrato nº	
Contratada	
Objeto Contratado	
Portaria Comissão de Recebimento	STJ/SAD

A Comissão de Recebimento, nomeada pela Portaria acima, para fins de cumprimento dos termos de entrega dos produtos/objetos contratados, atesta o recebimento em **CARÁTER PROVISÓRIO**, dos seguintes itens indicados abaixo.

Item	Descrição (Listar os objetos/produtos recebidos)	Qtd e	Data da Entrega	Observação
1	Comunicação de entrega da solução / item			
2	[Listar todos os itens incluindo SKU recebidos]			
3	[Listar outros itens/produtos entregues]			
Observação: a listagem de itens acima constitui rol exemplificativo, podendo ser alterada conforme conveniência da comissão de recebimento.				

Os documentos comprobatórios da entrega foram anexados no processo SEI [nº do processo], sob os nºs [números dos documentos].

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO	
() Cumprimento integral das obrigações.	() Cumprimento parcial das obrigações.
() Bens/Componentes/Softwares entregues dentro do Prazo	() Entrega com atraso
() Sem Observações Complementares	() Observação:

O recebimento provisório do objeto não conclui o cumprimento da obrigação, ficando sujeito a posterior verificação de sua qualidade e quantidade.

Ressaltamos que o recebimento definitivo será emitido conforme previsão contratual, desde que não sejam identificados problemas técnicos ou divergência nas especificações técnicas constantes no Contrato.

Por este instrumento, os servidores abaixo identificados atestam que o(s) serviço(s) integrante(s) da Ordem de Serviço acima identificada possui qualidade compatível com a especificada no Contrato supracitado.

Comisssão de Recebimento	
Nome do Servidor	Nome do Servidor
Matrícula	Matrícula
Presidente da Comissão	Membro Titular
Nome do Servidor	Nome do Servidor
Matrícula	Matrícula
Membro Titular	Membro Suplente

À Contratada para ciência.

ANEXO IV - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1.

DADOS DO CONTRATO	
Processo de Contratação nº	SEI 025562/2022
Contrato nº	
Contratada	
Objeto Contratado	
Portaria Comissão de Recebimento	STJ/SAD

A Comissão de Recebimento, nomeada pela Portaria acima, para fins de cumprimento dos termos e requisitos técnicos contratados, atesta o recebimento em **CARÁTER DEFINITIVO**, nos termos indicados abaixo.

Ite m	Descrição	Data Limite	Data da Entrega	Observa ção
1	Entrega da solução / item			
2	[Especificar cada software, Part Number e quantidade recebida]			
3	Confirmação de vigência dos produtos junto ao fabricante			

Observação: a listagem de itens acima constitui rol exemplificativo, podendo ser alterada conforme conveniência da comissão de recebimento.

Os documentos comprobatórios da entrega foram anexados no processo SEI [nº do processo], sob os nºs [números dos documentos].

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO	
() Cumprimento integral das obrigações.	() Cumprimento parcial das obrigações.
() Objetos registrados no fabricante em nome do contratante	() Capacitação técnico-operacional comprovada
() Plano de Implantação aceito e aprovado	() Instalação e configuração executada em conformidade com os requisitos contratados
() Solução entregue testada e aprovada pela equipe técnica	() Migração realizada conforme programado
() Solução disponível para produção	() Observação complementar

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Por este instrumento, os servidores abaixo identificados atestam que o(s) serviço(s) integrante(s) da Ordem de Serviço/Contrato acima identificada possui qualidade compatível com a especificação/requisitos contratados.

Comisssão de Recebimento	
Nome do Servidor	Nome do Servidor
Matrícula	Matrícula
Presidente da Comissão	Membro Titular
Nome do Servidor	Nome do Servidor
Matrícula	Matrícula
Membro Titular	Membro Suplente

À Contratada para ciência.

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA

1. A tabela abaixo poderá ser usada para compor a proposta da licitante para o Item 1 do objeto, em complemento às demais exigências indicadas na seção 6. do termo de referência.

Proposta - item 1 do objeto						
Item	Descrição da licença	Unid.	Quantidade (A)	Valor Unitário Mensal (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C = A*B)	Valor Total - 12 meses (R\$) (D = 12*C)
1	Teams Phone Standard Sub per User / Phone Sys ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (código LK6-00004), subscrição mensal	usuários	850	ins erir	inser ir	inserir
Valor total do item 1 do objeto (R\$)						inserir
Valor total para 12 meses (R\$)						inserir

A tabela abaixo poderá ser usada para compor a proposta da licitante para o Item 2 do objeto, em complemento às demais exigências indicadas na seção 6. do termo de referência.

Proposta - item 2 do objeto					
Item	Descrição da licença	Unid.	Qtd.	Valor Unitário (R\$) (A)	Valor Total (R\$) (C = A*B)
2	Treinamento "Microsoft Collaboration Communications Systems Engineer" ministrado de forma telepresencial, com encontros síncronos e para até 15 (quinze) pessoas (código MS-721)	hora	1	ins	ins
Valor total do item 2 do objeto (R\$)					ins
Valor total da proposta (R\$)					ins

ANEXO VI - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ITEM 1 DO OBJETO)

1. Este Acordo de Nível de Serviço (*Service Level Agreement* - *SLA*) se baseia, com adaptações, na versão do SLA da fabricante Microsoft para serviços online publicada em **1º de setembro de 2023**, disponível em <https://www.microsoft.com/licensing/docs/view/Service-Level-Agreements-SLA-for-Online-Services>.

2. DEFINIÇÕES:

2.1. São definições aplicáveis ao presente acordo de nível de serviço:

- a. "**Período Mensalmente Aplicável**" significa, para um mês no qual um Crédito de Serviço é devido, o número de dias pelos quais o CONTRATANTE é assinante de um Serviço;
- b. "**Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis**" significa o total do valor mensal devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, referente ao pagamento do item 1 do objeto, obtido pela multiplicação entre o valor mensal do licenciamento e a quantidade de licenças ativas;
- c. "**Valores de Serviço Prestado**" significa os **Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis** após deduzidas as **Glosas** aplicáveis no mês de referência;
- d. "**Tempo de Inatividade**" é definido conforme o item ANEXO VI.3.1.1. e não inclui o Tempo de Inatividade Programado. O tempo de inatividade não inclui a indisponibilidade de um Serviço devido às limitações descritas no item ANEXO VI.4.
- e. "**Incidente**" significa (i) qualquer evento exclusivo ou (ii) qualquer conjunto de eventos que resultem em Tempo de Inatividade;
- f. "**Tempo de Inatividade Programado**" significa os períodos do Tempo de Inatividade relacionado à rede, ao hardware ou à manutenção ou às atualizações do Serviço, com notificação ou publicação oficial do fabricante em pelo menos 5 (cinco) dias antes do início do Tempo de Inatividade;
- g. "**Glosa**" é a porcentagem de abatimento dos Valores de Serviço Mensais Aplicáveis devidos em um determinado mês de referência;
- h. "**Nível de Serviço**" significa as métricas de desempenho estabelecidas neste SLA que a Microsoft concorda em cumprir na entrega dos Serviços;
- i. "**Recurso do Serviço**" significa um recurso individual disponível para uso em um Serviço; e
- j. "**Minutos do Usuário**" significa o número total de minutos em um mês, menos todo o Tempo de Inatividade Programado, multiplicado pelo número total de usuários.

3. **NÍVEL DE SERVIÇO PARA O LICENCIAMENTO LK6-00004 (MICROSOFT TEAMS - PLANOS DE CHAMADA, SISTEMA DE TELEFONIA E AUDIOCONFERÊNCIA):**

- 3.1. Os pagamentos mensais estarão vinculados ao indicador de "**Porcentagem de Tempo de Atividade Mensal**" (**PTAM**), definido como a porcentagem calculada usando a seguinte fórmula para os serviços habilitados pelo licenciamento Microsoft de código LK6-00004:

$$PTAM (\%) = \frac{\text{Minutos do Usuário} - \text{Tempo de Inatividade}}{\text{Minutos do Usuário}} \times 100\% = \frac{MU - TI}{MU} \times 100\%$$

- 3.1.1. Considera-se "**Tempo de Inatividade**" (**TI**) qualquer período de tempo pelo qual os usuários finais estão impossibilitados de iniciar uma chamada por PSTN ou que não podem fazer uma audioconferência por meio da PSTN ou de processar chamadas com as Filas de Chamada ou Atendente Automático.

- 3.1.1.1. O **Tempo de Inatividade (TI)** é medido em minutos do usuário, ou seja, para cada mês, o Tempo de Inatividade é a soma da duração (em minutos) de cada incidente que ocorre durante esse mês multiplicado pelo número de usuários afetados por aquele incidente.

- 3.1.1.2. O Tempo de Inatividade é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Tempo de Inatividade (min.)} = TI = \sum_{i=1}^N T_i \cdot Q_i$$

onde **T_i** é o tempo de duração do i-ésimo incidente ocorrido no mês e **Q_i** é a quantidade de usuários afetados pelo i-ésimo incidente, sendo o produto **T_i x Q_i** calculado para os N incidentes registrados no mês.

- 3.1.2. Considera-se "**Minutos do Usuário**" (**MU**) o número total de minutos em um mês, menos todo o Tempo de Inatividade Programado, multiplicado pelo número total de usuários.

- 3.1.2.1. Os **Minutos do Usuário (MU)** são calculados pela seguinte fórmula:

$$\text{Minutos do Usuário (min.)} = MU = (TM - TIP) \cdot U$$

onde **TM** é o total de minutos no mês de referência, **TIP** é o Tempo de Inatividade Programado total em um mês, medido em minutos, e **U** é o número total de usuários aos quais estão atribuídos o licenciamento do Sistema de Telefonia (LK6-00004).

- 3.2. Este SLA não se aplica a interrupções causadas por qualquer falha de software, equipamento ou serviços de terceiros que não sejam controlados pela Microsoft ou por software da Microsoft que não esteja sendo executado pela própria Microsoft como parte do Serviço.
- 3.3. Aos pagamentos mensais referentes ao item 1 do objeto (licenciamento Microsoft LK6-00004) serão aplicadas glosas tomando-se por referência o nível de Porcentagem de Tempo de Atividade Mensal (PTAM) apurado no mês, conforme tabela abaixo.

Porcentagem de Tempo de Atividade Mensal (PTAM)	Glosa aplicada
PTAM >= 99,99%	0,00 %
99,90% <= PTAM < 99,99%	10,00 %
99,00% <= PTAM < 99,90%	25,00 %
99,00% <= PTAM < 99,90%	50,00 %
0,00% <= PTAM < 95,00%	100,00 %

- 3.4. O **s Valores de Serviço Prestado (VSP)** a serem pagos em referência a determinado mês de prestação dos serviços será calculado a partir dos **Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis (VSMA)** deduzidos da correspondente glosa (G) calculada conforme item ANEXO VI.3.3., por meio da fórmula $VSP = VSMA - G$.

3.5. **EXEMPLOS DE APURAÇÃO DOS VALORES DE SERVIÇO PRESTADO (VSP):**

- 3.5.1. **EXEMPLO 1:** Considerando que existem 800 usuários aos quais estão atribuídos o licenciamento LK6-00004, que não houve inatividade programada no mês (TIP = 0 min) e que foi registrada ocorrência de indisponibilidade do serviço, por falhas no Sistema de Telefonia do Microsoft Teams, com duração de 5 (cinco) minutos no mês de setembro de 2023 afetando todos os 800 usuários, tem-se:

3.5.1.1. Tempo de Inatividade (min) = TI = 5 min x 800 usuários = 4.000 minutos

3.5.1.2. Minutos do Usuário (min.) = MU = (TM - TIP) x U = (43.200 - 0) x 800 = 34.560.000 minutos, onde TM é o total de minutos no mês de setembro de 2023, que possui 30 dias, TIP é o tempo de inatividade programada, de 0 minuto, e U é o número total de usuários aos quais o licenciamento LK6-00004 está atribuído.

3.5.1.3. Porcentagem de Tempo de Atividade Mensal = PTAM = $(MU - TI)/MU \times 100\% = (34.560.000 - 4.000)/34.560.000 \times 100\% = 99,988\%$

3.5.1.4. Percentual de glosa do mês, obtido conforme tabela do item ANEXO VI.3.3.: **Glosa = G = 10,00%**

3.5.1.5. **Valores de Serviço Prestado (VSP)** a serem pagos em referência ao mês de setembro/2023: $VSP = VSMA - G = VSMA - 10\% \times VSMA = 90\% VSMA$. Assim, no mês de setembro/2023 será pago o valor correspondente a 90% dos Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis (VSMA).

3.5.2. **EXEMPLO 2:** Para a apuração do mês de setembro de 2023, considerando que existem 800 usuários aos quais estão atribuídos o licenciamento LK6-00004, que houve inatividade programada no mês com duração de 3 horas (TIP = 180 min) e que foram registradas 3 (três) ocorrências de indisponibilidade do serviço, por falhas no Sistema de Telefonia do Microsoft Teams, sendo: uma ocorrência com duração de 5 (cinco) minutos afetando 30 usuários; uma ocorrência com duração de 24 horas (1440 min) afetando 1 usuário; e 1 ocorrência com duração de 3 horas (180 min) afetando 10 usuários, tem-se:

3.5.2.1. Tempo de Inatividade (min) = TI = 5 min x 30 usuários + 1440 min x 1 usuário + 180 min x 10 usuários = 3.390 minutos

3.5.2.2. Minutos do Usuário (min.) = MU = (TM - TIP) x U = (43.200 - 180) x 800 = 34.416.000 minutos, onde TM é o total de minutos no mês de setembro de 2023, que possui 30 dias, TIP é o tempo de inatividade programada, de 0 minuto, e U é o número total de usuários aos quais o licenciamento LK6-00004 está atribuído.

3.5.2.3. Porcentagem de Tempo de Atividade Mensal = PTAM = $(MU - TI)/MU \times 100\% = (34.416.000 - 3.390)/34.416.000 \times 100\% = 99,9901\%$

3.5.2.4. **Valores de Serviço Prestado (VSP)** a serem pagos em referência ao mês de setembro/2023: $VSP = VSMA - G = VSMA - 0,00\% \times VSMA = 100\% VSMA$. Assim, no mês de setembro/2023 será pago o valor integral dos Valores de Serviço Mensalmente Aplicáveis (VSMA), sem aplicação de glosas.

4. LIMITAÇÕES:

5. Não serão aplicáveis a este Acordo de Nível de Serviço, problemas de desempenho ou disponibilidade:

- a. Devido a motivos de força maior (desastres naturais, guerra, atos de terrorismo, tumultos, ações do governo ou uma falha de rede ou de dispositivo externo aos datacenters da fabricante, incluindo falhas dentro da infraestrutura do CONTRATANTE ou entre a infraestrutura do CONTRATANTE e o datacenter do fabricante);
- b. Resultantes do uso dos serviços, hardware ou software não fornecidos pelo fabricante Microsoft, incluindo, mas sem limitação, problemas resultantes de largura de banda inadequada ou relacionada a software ou serviços de terceiros;
- c. Resultantes de falhas em um único Datacenter da Microsoft, quando sua conectividade de rede é explicitamente dependente desse local de uma maneira não resiliente;
- d. Causados pelo uso que o CONTRATANTE faz de um serviço depois de solicitada a modificação do uso que o CONTRATANTE faz do Serviço, se o CONTRATANTE não tiver modificado o uso conforme recomendado, para adequação do serviço;
- e. Durante ou com relação à visualização, pré-lançamento, versões beta ou de avaliação de um Serviço, recurso ou software (conforme determinado pela fabricante Microsoft) ou a compras feitas usando os créditos de assinatura da Microsoft;
- f. Resultantes da ação não autorizada ou da falta de ação, quando exigido, ou de funcionários, agentes, contratados ou fornecedores da CONTRATANTE ou de qualquer pessoa que tenha acesso à rede do fabricante Microsoft por meio de senhas ou equipamentos ou, de outra forma, resultantes da falha do CONTRATANTE em seguir práticas de segurança adequadas;
- g. Decorrentes do não cumprimento das configurações exigidas, do uso das plataformas compatíveis, do cumprimento de políticas para uso aceitável ou do uso que o CONTRATANTE faz do Serviço de uma maneira inconsistente com os recursos e a funcionalidade do Serviço (por exemplo, tentativas de executar operações sem suporte) ou inconsistentes com as orientações publicadas pelo fabricante Microsoft;
- h. Resultantes em falha na entrada, instruções ou argumentos (por exemplo, solicitações para acessar arquivos que não existem);
- i. Resultantes das tentativas do CONTRATANTE em executar operações que excederam as cotas prescritas ou resultantes do controle de comportamento abusivo suspeito do fabricante Microsoft;
- j. Decorrentes do uso que o CONTRATANTE faz dos recursos do Serviço por parte do Cliente que estão fora do Suporte do Windows associado; ou
- k. Para licenças reservadas, mas não pagas, no momento do Incidente.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Gomes Freire, Técnico Judiciário, Área Administrativa**, em 19/01/2024, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rodrigues da Silva, Coordenador de Tecnologia da Comunicação - Em Substituição**, em 19/01/2024, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Leite Alves, Chefe da Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel - Em Substituição**, em 19/01/2024, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3917293** e o código CRC **8F9DF1C9**.